

## A ECONOMIA ENQUANTO JOGO DE LINGUAGEM RETÓRICO\*

Raquel Mesquita Almeida \*\*

**RESUMO:** Adotando a separação entre língua natural e arregimentada, a Economia privilegia o uso da segunda ao invés da primeira, tendo em vista a importância dada à objetividade científica pelo *mainstream*. Nesse sentido, o contexto não importaria. Tendo em vista a crítica feita por McCloskey (1990) ao caráter retórico das enunciações científicas, evidencia-se que a Economia se utiliza de atos ilocucionários para produzir efeitos perlocucionários. Ademais, o discurso científico pode ser interpretado como um jogo de linguagem entre outros possíveis. Nesse sentido, a perspectiva Pós-Moderna de Lyotard (2013, [1979]) e o Contextualismo desenvolvido a partir de Searle (1979) ganham relevância para a análise dos enunciados econômicos, visto que, sendo um jogo entre outros, a ciência não é a única forma de se alcançar a Verdade. Portanto, numa Economia retórica, o contexto importa, tanto para o sucesso do efeito perlocucionário, quanto para o conteúdo vero-condicional do conteúdo proposicional.

**Palavras-chave:** Retórica; Filosofia da Linguagem; Objetividade.

**Classificação JEL:** B41 e B59.

**ABSTRACT:** Due to the relevance given in mainstream Economics to objectivity, using artificial languages is preferred instead of natural ones. Considering McCloskey (1990) critics to the rhetorical aspect of scientific enunciations, becomes evident that Economics uses illocutionary acts to reach perlocutionary effects. Besides, the scientific discourse might be interpreted as a language game among other games available. Therefore, the postmodern perspective of Lyotard (2013, [1979]) and the Contextualism Philosophy, developed since Searle (1979), become more relevant to analyze enunciations in Economics, because, as science is a language game among others, it is not the only way to reach Truth. Hence, in a Rhetorical Economics, the context matters to the success of perlocutionary intentions and to vero-conditional content of scientific propositions.

**Keywords:** Rhetoric; Language Philosophy; Objectivity.

**JEL Code:** B41 and B59.

---

\* Artigo produzido para submissão ao 48º Encontro Nacional de Economia.

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: r.mesquita.almeida@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A Filosofia da Linguagem possui dois grandes objetos de estudo: a) a linguagem arregimentada das ciências puras; b) a linguagem natural, ordinária. O primeiro tipo de linguagem foi formalizado por filósofos como Frege, Russell, Church, Tarski, Montague e Carnap (LECLERC, 2010, p. 50). Seu objetivo era estabelecer uma língua para as ciências que fosse isenta em relação ao contexto, não apresentando ambiguidades. Para isso, o uso das palavras era delimitado por definições. A definição de um termo constitui um *type*. Embora cada termo possa ter diversos usos (*tokens*), seu conteúdo vero-condicional está delimitado pelo *type* a que se refere, logo os *tokens* “herdam” as propriedades semânticas do *type*. Com isso, não há ambiguidades, sendo possível aplicar o esquema-T da semântica clássica<sup>1</sup> para o julgamento da veracidade das proposições (ibid., p. 50). Para os filósofos da linguagem arregimentada, as línguas naturais seriam inadequadas para expressar argumentos científicos, visto que estariam repletas de ambiguidades (ibid., p. 50). Essas ambiguidades seriam expressas pelo uso de indexicais, modulações do discurso, figuras de linguagem (metáforas, ironias etc.).

Segundo Jonathan Cohen (1986 *apud* RECANATI, 2004), as línguas artificiais seriam marcadas pela insularidade dos significados, sendo as enunciações semelhantes a “paredes de tijolos”: cada fragmento teria um sentido estável e comporia o todo. Já as línguas naturais seriam caracterizadas por uma composição interacionista: a interação contínua entre os significados das palavras e fatores pragmáticos permitiria a formação dos sentidos das frases. Logo, as enunciações das línguas naturais seriam como estruturas construídas com sacos de areais, podendo ser moldadas conforme o contexto (COHEN, 1986, p. 223-224 *apud* RECANATI, p. 132).

Para formalizar a semântica das linguagens naturais, Austin (1962) e Searle (1969) desenvolveram a teoria dos atos de fala, que inova com a ideia de força ilocucionária. Se o conteúdo proposicional dos discursos já vinha sendo desenvolvido desde a Grécia antiga, pouco se falava, antes de Austin (1962), sobre a força que modula e dá intencionalidade a cada ilocução. Já a pragmática das línguas naturais se desenvolveu a partir dos trabalhos de Grice (1957) como teoria da não-literalidade. Searle (1979) denomina essa abordagem da pragmática de “received opinion”. A ela, esse filósofo se contrapõe, apresentando a tese de que toda e qualquer enunciação depende de pressupostos contextuais (“background assumptions”). A partir disso, desenvolve-se o Contextualismo, que será apresentado na segunda seção deste artigo, sendo dado especial enfoque aos trabalhos de Searle (1979) e Travis (1981). Em Travis (1981, p. 147), a dependência dos pressupostos contextuais acarreta a relatividade das condições de verdade. Isso, por sua vez, vai de encontro à semântica fregeana, que estabelece uma forma funcional para cada enunciado, logo a afirmação não variaria seu conteúdo vero-condicional conforme os contextos de enunciação. Por outro lado, a visão de Travis (1981), inspirada pelas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, estabelece que, de cada jogo de linguagem, deriva-se uma condição de verdade contexto-específica à forma de vida na qual o jogo se insere.

A teoria dos jogos de linguagem do segundo Wittgenstein é usada como método pelo filósofo pós-modernista Lyotard (2013, p. 15) para fundamentar sua crítica à epistemologia da representação sobre a qual se assenta a ideia moderna de Verdade (BENHABIB, 1984, p. 104). Portanto, é possível vislumbrar uma ligação entre o Contextualismo e a abordagem Pós-Moderna, desenvolvida na Europa a partir de Nietzsche. Tal ligação será realçada neste trabalho.

Este artigo está subdividido em quatro seções. Na primeira seção, apresenta-se a teoria dos jogos de linguagem do segundo Wittgenstein, conforme interpretação dada por Lyotard (2013) em *Condição Pós-Moderna*. Também se questiona a relação entre saber e poder, partindo-se do pensamento de Lyotard (2013) e Foucault (1984). Na segunda parte, é apresentado o Contextualismo, tal qual desenvolvido por Searle (1979), Recanati (2004) e Travis (1981). Por fim, na última seção, discute-se o privilégio dado às línguas arregimentadas na Economia. A tese sustentada é que, por ser a Economia uma “ciência” social aplicada,

---

<sup>1</sup> O esquema-T de Tarski estabelece todas as situações [s] (consideradas constantes) em que uma proposição [p] é verdadeira. Ou seja, p é uma sentença verdadeira se, e somente se, s. Para mais detalhes sobre o conceito semântico de verdade, ver TARSKI, A. “Concept of truth in formalized languages”, In: *Logic, Semantics, Metamathematics – papers from 1923 to 1938*. Hackett Publishing Company, EUA, 1983, pp.152-278.

o uso das línguas naturais lhe é inerente, sendo o Contextualismo e o Pós-Modernismo abordagens úteis para se compreender a proliferação de teorias e perspectivas na sociedade pós-industrial contemporânea.

## 1. JOGOS DE LINGUAGEM E A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Lyotard (2013) contesta a separação entre línguas arregimentadas e naturais. Para ele, a linguagem das ciências se baseia em

[...] uma axiomática, a qual compreende a definição de símbolos que serão empregados na linguagem proposta, a forma que deverão respeitar as expressões desta linguagem para poderem ser aceitas (expressões bem formadas), e as operações que serão permitidas sobre estas expressões, e que definem os axiomas propriamente ditos. (LYOTARD, 2013, p. 77)

Lyotard (2013, p. 78) reage à incompletude do sistema formal da aritmética, evidenciado por Gödel, defendendo que a metalinguagem última das línguas artificiais é a língua natural, pois nela podem ser traduzidos quaisquer enunciados (formais ou não). Segundo Haskell (1950), uma metalinguagem pode ser definida como:

When we study a language L as object language, we could of course make L up out of whole cloth. In practice, however, it usually happens that L is a segment of the U-language which we definitely circumscribe and agree to isolate from the U-language. We then invent certain technical terminology for referring to L, which terminology we adjoin to the U-language. This process of circumscription and isolation can go on further. The technical terminology, together with such elements from U as we need to make the statements about L which we want, will form a certain circumscribed segment of U which we can call an M-language. Such an M-language is what I propose we call a meta-language (CURRY, 1950, p. 349)

Ou seja, uma metalinguagem é um conjunto de termos usados para estudar um segmento de uma língua em uso (“U-language”). Na visão de Lyotard (2013, p. 78-79), ao contrário do que propunha o Círculo de Viena, a linguagem lógico-matemática não é o idioma universal em que todas as proposições podem ser expressas, pois a aritmética evidencia que sistemas formais podem ser incompletos (apresentar proposições não refutáveis ou não verificáveis). Por outro lado, quaisquer enunciados podem ser trazidos em linguagem ordinária, logo ela é o idioma universal e a metalinguagem última. Essa tese se assemelha com a visão de Haskell Curry (1950): para ele, as línguas arregimentadas são limitadas, logo, como metalinguagem, possuem um escopo limitado, visto que não podem ser metalinguagem de língua ordinária: “[...] we can form metametalanguages, metametametanguages, etc., ad lib. But a meta- U-language is inconceivable in the ordinary sense, because the U- language cannot be exactly circumscribed” (CURRY, 1950, p. 349). Assim, ao contrário das línguas artificiais, as naturais são ilimitadas, sendo possível traduzir enunciados formais em enunciações ordinárias, nem sempre valendo a inversa. Portanto, apenas as línguas naturais podem cumprir o papel de “metametametanguages”.

Além da potencial incompletude de sistemas formais, Lyotard (2013) destaca que as linguagens arregimentadas são formuladas a partir da língua natural, sendo esse outro elemento que contribui para classificá-la como língua universal (ibid., p. 78-79).<sup>2</sup> Este artigo comunga da perspectiva de Lyotard (2013) de que, em última análise, as proposições das línguas arregimentadas são expressas em enunciações das línguas naturais, o que justifica o estudo da linguagem científica sob a ótica da Pragmática, valendo-se de

---

<sup>2</sup> Essa perspectiva é contrária ao Literalismo, que, embora também considerasse possível abstrair a diferença entre línguas naturais e arregimentadas, acreditava que, para cada proposição sensível ao contexto, existia um enunciado semântico (“an eternal sentence”) que poderia ser usado para fazer a mesma enunciação em qualquer contexto. Assim, para o Literalismo, as línguas naturais seriam redutíveis à lógica semântica das línguas arregimentadas (RECANATI, 2004, p. 84).

teorias e conceitos por ela desenvolvidos para aplicar às línguas ordinárias, como a teoria dos atos de fala e o conceito de jogos de linguagem.

A ideia de “jogos de linguagem” desenvolvida pelo segundo Wittgenstein fornece a base para a crítica pós-modernista ao isomorfismo estrutural (LYOTARD, 2013; GERGEN, 2000; GERBER, 1997). Para desenvolver esse conceito, Wittgenstein compara a linguagem a um jogo de xadrez: a) ambos são constituídos por regras - “na ausência de regras não existe jogo” (LYOTARD, 2013, p. 17); b) da mesma forma que as regras do jogo de xadrez são aprendidas pelos movimentos possíveis das peças, o significado das palavras é assimilado pelo uso que se faz delas; c) fazer uma proposição é semelhante a mover uma peça no tabuleiro de xadrez (GLOCK, 1996, p. 193; LYOTARD, 2013, p. 17).

Cada jogo de linguagem está baseado numa “forma de vida”, i.e., numa formação social e cultural (GLOCK, 1996, p. 125). Por conseguinte, formas de vida diferentes acarretam jogos de linguagem distintos (ibid., p. 124-126). Ao contrário do isomorfismo estrutural, que se baseia na concepção de Verdade como representação fidedigna da realidade objetiva, o conceito de jogo de linguagem embasa uma concepção de verdade contextual, pois cada jogo acarreta um regime de verdade próprio (ibid., p. 126). Ou seja, para o segundo Wittgenstein, não há a Verdade absoluta, mas sim diversas verdades contexto-relativas, sendo essa tese uma das marcas do Pós-Modernismo e do Contextualismo (TAVIS, 1981; SUSEN, 2015). Entretanto, o foco do Contextualismo e do Pós-Modernismo é diferente: o primeiro atenta-se para a linguagem ordinária, já o segundo evidencia que a ciência é um jogo de linguagem, que possui métodos rígidos (regras do jogo são institucionais) e legitimação metafísica modernista (LYOTARD, 2013, p. 54, 61). Ao aplicar o método científico verificacionista ou refutacionista aos critérios de legitimação da ciência moderna, o cientista evidencia que a narrativa sobre a qual a legitimação da ciência se sustenta não é verificada. Disso, decorre a crítica niilista de Nietzsche à ciência moderna e a tônica da crítica Pós-Moderna ao jogo de linguagem científico (ibid., p. 72).

Lyotard (2013) destaca que o jogo de linguagem científico é, no Ocidente, visto como superior ao narrativo (ibid., p. 50). Enquanto o jogo de linguagem narrativo marca os relatos e costumes transmitidos de geração em geração nas sociedades tradicionais (ibid., 40), o científico apresenta uma relação diacrônica entre passado e presente: o passado representa todo o conhecimento acumulado, ao passo que o presente são as hipóteses inovadoras que, se contradizem a bibliografia, devem refutá-la (ibid., p. 48). Por conseguinte, haveria um processo cumulativo de conhecimento científico, o qual marca a meta-narrativa do progresso.

O jogo de linguagem científico está subdividido em dois: o da pesquisa e do ensino. Na pesquisa, locutor e interlocutor são iguais, visto que ambos são “experts”. “Expert” é aquele que conhece proposições verdadeiras sedimentadas ao longo da pesquisa científica feita pela comunidade acadêmica da qual faz parte (ibid., p. 46). Por ser “expert”, o enunciador tem capacidade de dizer uma proposição verdadeira e refutar qualquer enunciado contrário que verse sobre o mesmo referente (ibid., p. 44). O interlocutor, por sua vez, tem capacidade de convalidar a hipótese ou de refutá-la, o que exige conhecimento técnico da área do saber (ibid., p. 44). Já no ensino, o mestre (também um “expert”) passa ao aluno os conhecimentos consolidados daquele campo de estudo (ibid., p. 46). Contudo, enquanto na pesquisa a relação dialógica acontece em abstrato, não se exigindo nenhuma competência específica do destinatário, no jogo do ensino, exige-se que o interlocutor (específico) seja inteligente (ibid., p. 47).

Quanto ao referente,

1 - O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo; e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade. Encontram-se com certeza outras classes de enunciados, como a interrogação (“Como explicar que...?”) e a prescrição (“Seja uma série enumerável de elementos...”); eles são apenas suportes na argumentação dialética; esta deve terminar em um enunciado denotativo (ibid., p. 46)

Assim, a mensagem do jogo de linguagem científico é composta por proposições denotativas, não sendo aceitas não-literalidades. A validade dessas proposições deriva-se da pressuposição de que o locutor diz a verdade, tem competência para dizê-la (é um “expert”) e que é possível falsear ou verificar cada proposição por meio do método científico. Mesmo assim, resta a questão de como legitimar a prova. Tentativas de solucionar esse problema são feitas desde os primórdios da filosofia Ocidental, como nos

*Diálogos* de Platão (ibid., p. 52) ou ainda no *Discurso do Método* Descartes que define a perfeição de Deus como fonte última de legitimidade das proposições dedutivas (ibid., p. 45). Em sua forma final, a legitimação do referente na ciência moderna tem duas fontes: o espírito especulativo, tal qual elaborado pelo Idealismo Alemão (ibid., p. 61-65); e a ideia de emancipação, desenvolvida pela Escola de Frankfurt (ibid., 65-66).

Já no jogo de linguagem narrativo, não há preocupação com a legitimidade do discurso: ao reproduzir o relato, a legitimidade está dada, pois só é possível conhecê-lo se o locutor já fora ouvinte, que, por sua vez, é também um locutor em potencial (ibid., p. 39). Além disso, nos jogos narrativos, não há privilégio de proposições denotativas a outras: há, ao contrário do discurso científico, uma pluralidade de forças ilocucionárias, em que misturam “ideais de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, etc.” (ibid., 56). Assim, o ponto ilucionário (“illocutionary point”<sup>3</sup>) de que fala Searle e Vanderveken (1985) pode ser múltiplo no caso dos relatos: o discurso pode visar o conhecimento, a transformação da realidade, a sua avaliação normativa, a tomada de decisões, etc. (LYOTARD, 2013, p. 56). Já no discurso científico, não cabe ao “expert” expressar proposições normativas, logo há uma separação entre os cientistas e os sujeitos práticos que tomam decisões político-sociais cujo objetivo é alcançar a justiça. Se o cientista visa a verdade, o sujeito prático tem como meta a justiça, sendo verdade e justiça nem sempre compatíveis, embora proposições verdadeiras possam e devam, na sociedade moderna, embasar decisões políticas justas (ibid., p. 64-65). Paradoxalmente, ao se defender o privilégio dos enunciados denotativos em detrimento dos outros, torna-se evidente que a ciência se isola dos demais elementos sociais que compõem o Ocidente e, por causa dessa separação, trata-se de um jogo de linguagem no meio de outros (ibid., p. 71-72). Por ser mais um jogo, é deslegitimado o papel da ciência como portadora da Verdade absoluta na Pós-Modernidade (ibid., p. 73):

Considere-se uma porta fechada. Entre *A porta está fechada* e *Abra a porta* não existe consequência no sentido da lógica proposicional. Os dois enunciados referem-se a dois conjuntos de regras autônomas, que determinam pertinências diferentes e, por conseguinte, competências diferentes. Aqui, o resultado desta divisão da razão em cognitiva ou teórica, de um lado, e prática, do outro, tem por efeito atacar a legitimidade do discurso de ciência, não diretamente, mas indiretamente, revelando que ele é um jogo de linguagem dotado de regras próprias (cujas condições *a priori* do conhecimento são em Kant um primeiro esboço), porém sem nenhuma vocação para regulamentar o jogo prático (nem estético, aliás). Ele é assim posto em paridade com os outros. (ibid., p. 72)

Na Pós-Modernidade, há superação tanto dos relatos metafísicos especulativos do Idealismo Alemão quanto do emancipador da Escola de Frankfurt que, conforme dito anteriormente, davam legitimidade à prova científica. Em substituição a esses relatos, o discurso científico é encarado como um jogo de linguagem, cuja fonte de legitimidade é a interação comunicacional (ibid., p. 74). Ou seja, a ciência é um jogo com regras legítimas visto que elas emergem da prática da comunidade científica. Como essas regras estão baseadas em instituições sociais, elas são rígidas, porém não são imutáveis, estando em constante reformulação (ibid., p. 31-32).

Segundo Lyotard (2013), os vínculos sociais ocorrem por meio da linguagem (*langagier*), sendo os indivíduos equiparados a átomos nas redes de jogos de linguagem, estando em constante interação, ora atuando como locutor, ora como destinatário (ibid., p. 29-31). Ao longo das interações dialógicas que marcam os jogos de linguagem, os indivíduos buscam melhorar sua performance social, por meio de alterações nas regras do jogo (ibid., p. 17-18). Embora as regras do jogo de linguagem científico estejam cristalizadas em instituições, elas se alteram conforme a prática da comunidade acadêmica:

Sabemos que o limite que a instituição opõe ao potencial da linguagem “em lances” nunca é estabelecido (mesmo quando ele o é formalmente). Ele mesmo é, antes, o resultado provisório e a disputa de estratégias de linguagem travadas dentro e fora da instituição. Exemplos: o jogo de experimentação sobre a linguagem (a poética) terá seu lugar numa universidade? Pode-se contar histórias no conselho de ministros? Reivindicar numa caserna? As respostas são claras: sim, se a universidade abrir seus ateliers de criação; sim, se os superiores aceitarem deliberar com os soldados. Dito de outro modo: sim, se os limites da antiga instituição forem ultrapassados (ibid., p. 32)

---

<sup>3</sup> O “illocutionary point” é um dos elementos da força ilocucionária. Ele representa o objetivo da enunciação.

Nessa perspectiva, as regras do jogo de linguagem científico (bem como as de qualquer outro jogo) são resultado de disputas políticas no seio da comunidade científica. Com a substituição do relato metafísico pela prática como fonte de legitimidade dos jogos de linguagem, abre-se espaço para a emergência de novas perspectivas no interior das comunidades científicas. No caso da Economia, tornam-se igualmente válidas perspectivas de minorias sociais: dado o critério social de legitimação da ciência, a abordagem feminista é tão legítima quanto a ortodoxa. A prevalência de uma abordagem em detrimento da outra seria o resultado provisório da disputa política no interior da comunidade dos economistas. Portanto, a ortodoxia é provisoriamente vencedora, mas nada impede sua superação futura, visto que não mais (ou menos) legítima nem verdadeira que qualquer outra abordagem.

Essa disputa entre grupos sociais no interior de um jogo de linguagem implica que o critério de legitimação da ciência depende das relações de poder. Quanto a isso, Lyotard (2013) destaca que na sociedade pós-industrial, o critério metafísico de Verdade foi substituído pelo critério de desempenho: teorias corroboradas pelas técnicas/tecnologias são eficientes, logo são legítimas (ibid., p. 84). Por seu turno, as tecnologias dependem do poder político e econômico para serem desenvolvidas. Dessa forma, há uma associação entre “riqueza, eficiência e verdade” (ibid., p. 81), o que é análogo (mas não idêntico) ao que Foucault (1984) denomina de “binômio saber-poder”:

"Truth" is to be understood as a system of ordered procedures for the production, regulation, distribution, circulation, and operation of statements.

"Truth" is linked in a circular relation with systems of power which produce and sustain it, and to effects of power which it induces and which extends it. A "regime" of truth. (FOUCAULT, 1984, p. 74)

Foucault (1984) conceitua “regime de verdade” como um conjunto de regras e procedimentos que pauta a formulação de hipóteses e os métodos de teste válidos na ciência. Esse regime está imbricado nas relações de poder da sociedade em que se insere (FOUCAULT, 1984, p. 74). Nessa perspectiva, a ciência modernista tem um regime de verdade contexto-dependente, visto que é sensível às relações de poder vigentes na sociedade pós-industrial ocidental. Logo, as regras que permitem julgar o conteúdo verocional dos enunciados científicos variam ao sabor das disputas entre grupos sociais pela hegemonia política, econômica, social ou cultural:

There is a battle "for truth," or at least "around truth" - it being understood once again that by truth I do not mean "the ensemble of truths which are to be discovered and accepted," but rather "the ensemble of rules according to which the true and the false are separated and specific effects of power attached to the true," it being understood also that it's a matter not of a battle "on behalf" of the truth, but of a battle about the status of truth and the economic and political role it plays. It is necessary to think of the political problems of intellectuals not in terms of "science" and "ideology," but in terms of "truth" and "power." (FOUCAULT, 1984, p. 74)

O regime de verdade decorre, portanto, das interações sociais marcadas por relações de poder, interações essas que ocorrem através da linguagem (FRANKS & KELLER, 1996, p. 34-36). Isto é, deriva-se uma condição de verdade dominante ou, nos termos de Foucault (1984), um regime de verdade, a partir das interações sociais que ocorrem nos marcos dos jogos de linguagem (FOUCAULT, 1984, p. 73):

Each society has its regime of truth, its "general politics" of truth: that is, the types of discourse which it accepts and makes function as true; the mechanisms and instances which enable one to distinguish true and false statements, the means by which each is sanctioned; the techniques and procedures accorded value in the acquisition of truth; the status of those who are charged with saying what counts as true. (FOUCAULT, 1984, p. 73).

De tal dependência do regime de verdade em relação à distribuição de poder econômico, social, político ou cultural, decorre uma proximidade entre a perspectiva dos filósofos pós-modernos franceses e a dos contextualistas: tanto para os primeiros quanto para os segundos, as condições de satisfação de

enunciados (ou, no caso das proposições científicas, condições vero-condicionais) dependeriam do contexto na qual são expressos.

## 2. CONTEXTUALISMO

O contextualismo se desenvolve a partir do trabalho de Grice (1957) que faz uma distinção entre o sentido literal das sentenças (“literal meaning”) e o que o locutor quer dizer (“speaker’s meaning”) (SEARLE, 1979, p. 117-118). Quando esses dois aspectos não coincidem, há não-literalidade no discurso do locutor, sendo esse o objeto de estudo tradicional da Pragmática. Nessa perspectiva,

the phrase ‘literal meaning of the sentence’ is pleonastic since all these other sorts of meaning – ironical meaning, metaphorical meaning, indirect speech acts and conversation implications – are not properties of sentences at all, but rather of speakers, utterances of sentences (SEARLE, 1979, p. 118)

Logo, a abordagem dominante da Pragmática até Searle (“received opinion”) considerava que o sentido literal das frases eram um “type”, enquanto cada sentido específico à enunciação dado pelo locutor era um “token”. Os “types” não seriam alterados pelo contexto, tendo sua lógica definida pela semântica fregeana. Apesar de variarem conforme o contexto de enunciação, os “tokens” derivavam sua formulação vero-condicional dos “types”, sendo possível explicitar os indexicais e quaisquer outros elementos contextuais no corpo da frase (ibid., p. 119; 123).

Contrariamente à ideia de Pragmática como teoria da não-literalidade, Searle (1979) defende a tese de que toda frase baseia suas condições de satisfação em “background assumptions” (ibid., 125). Nesse sentido, não há enunciado que não varia conforme o contexto, não fazendo sentido identificar enunciados a “types” e enunciações a “tokens” (ibid., 120). Além disso, não é possível explicitar todos “background assumptions” textualmente, visto que eles são infinitos (ibid., 123; 127). Com isso, infere-se que, no debate entre Literalismo e Contextualismo, Searle (1979) defende o segundo em detrimento ao primeiro<sup>4</sup>.

Para exemplificar sua tese, ele cita a proposição “o gato está sobre o tapete”. Apesar desse exemplo aparentar ser trivial, ele exige “background assumptions”<sup>5</sup> sobre cada termo: é preciso haver um campo gravitacional, assumir determinados pressupostos sobre o que é um gato, o que é estar “sobre” alguma coisa etc. (ibid., p. 123-125). Mesmo frases cotidianas como essa não poderiam ter todos os pressupostos contextuais expressos, visto que são infinitos e, ao explicitá-los, seria necessário expressar textualmente os pressupostos dos pressupostos contextuais, dando origem a uma regressão infinita (ibid., 128).

Searle (1979) critica a identificação entre a Pragmática e o estudo da não-literalidade. Para ele, todos os enunciados - inclusive os literais - dependem do contexto, logo sentenças literais também seriam objeto da Pragmática e não apenas da Semântica (ibid., p. 129-130). Como exemplo, ele cita as frases literais “Give me a hamburger, medium rare, with ketchup and mustard, but easy on the relish” e “Shut the door” (ibid., p. 127-128). Ambas são compreendidas em sua literalidade pelos falantes do idioma em que estão expressas e podem ser obedecidas, porém, por outro lado, elas pressupõem um contexto que define o que é

---

<sup>4</sup> O Literalismo estabelece que as condições de veracidade de uma sentença são dadas pelas regras da linguagem aplicadas ao contexto específico, não dependendo do significado do locutor (“speaker’s meaning”) (RECANATI, 2004, p. 85). De modo contrário, o Contextualismo estabelece que as condições de verdade dependem do contexto de enunciação, assim como mecanismos semânticos como referência, quantificação e predicação são sensíveis em relação ao contexto (ibid., p. 84). Assim, sem contexto não haveria proposição. Literalismo e Contextualismo seriam dois polos opostos numa escala de sensibilidade das condições de verdade em relação ao contexto. Para maiores detalhes sobre o debate entre Contextualismo e Literalismo, ver: RECANATI, François. “From Literalism to Contextualism”, In: **Literal Meaning**. Cambridge University Press, 2004, pp. 83-97.

<sup>5</sup> Neste artigo, a expressão “background assumptions” é traduzida como “pressupostos contextuais”. Assim, as duas expressões são usadas de forma intercambiante ao longo do desenvolvimento para evitar repetição.

dar um hambúrguer a alguém ou fechar a porta (minimamente, é preciso que haja uma porta aberta para essa ordem ser obedecida) (ibid., 128-129).

Portanto, na visão de Searle (1979), o sentido literal das frases só tem aplicação sobre um contexto de enunciação. Como visto anteriormente, a ciência privilegia o sentido denotativo, logo literal das proposições. Se se adota o Contextualismo de Searle (1979) para análise das proposições científicas, torna-se evidente que, embora sejam literais, elas não são imunes ao contexto, pois dependem de “background assumptions” implícitos, cuja explicitação completa não é possível. Isso coloca em xeque a objetividade da ciência.

Em *The true and the false: the domain of the pragmatic*, Charles Travis (1981) rejeita a tese de que cabe apenas à Semântica analisar a veracidade ou falsidade das proposições. Para ele, a verdade é sensível ao contexto, logo não há um “contexto nulo” em que a veracidade dos enunciados seja constatada apenas por aspectos semânticos. Disso, decorre a tese de Travis (1981) de que a verdade é relativa, sendo a análise da veracidade/falsidade também objeto da Pragmática. Segundo esse filósofo, a especificação de um enunciado não está associada a um, e somente um, fato (TRAVIS, 1981, p. 145). Isso ocorre porque as circunstâncias em que ocorrem os fatos e o contexto de enunciação importam para determinar a adequação entre enunciado e fato empírico. Logo, um enunciado pode ser verdadeiro e falso, a depender do contexto. Problema mais relevante que esse – na visão de Travis (1981) – é o realce de aspectos relevantes. A especificação dos aspectos relevantes para análise de um fato e as propriedades que um enunciado verdadeiro tem que cumprir não estão dados a priori. Tanto a relevância quanto as propriedades do verdadeiro (acurácia) variam conforme a ocasião e os interesses dos agentes (ibid., p. 147-148; 151-152). Portanto, “what is a crucial aspect of what was said on some occasions of for some purposes is no so for others, so that what counts as true on one occasion does not do on another” (ibid., p. 149).

Além de os enunciados científicos variarem conforme o contexto, dada a dependência de proposições literais (denotativas) em relação aos “background assumptions”, as condições de verdade de tais enunciados são relativas. Similarmente a Foucault (1984), Travis (1981) ressalta que as propriedades que devem satisfazer enunciados verdadeiros (acurácia) não são fixos, ou, nos termos foucaultianos, o regime de verdade varia conforme interesses e ocasiões. Há, pois, disputa política em torno das condições de verdade dos enunciados científicos, o que corrobora a interpretação do debate científico enquanto um jogo de linguagem, sendo o objetivo dos acadêmicos alterar (manter) o regime de verdade dominante, melhorando (preservando) sua performance social.

### 3. A ECONOMIA ENQUANTO CIÊNCIA OBJETIVA

O *mainstream* defende que, por usar uma língua arregimentada, a Economia enquanto ciência evita idiosincrasias presentes na linguagem comum: “Science, they would say, avoids being Italian or English by being formal” (MCCLOSKEY, 1990, p. 4). Na Economia, a linguagem arregimentada é levada ao paroxismo por meio do uso do formalismo matemático, derivado do pensamento de Hilbert (PUNZO, 1991; MIROWSKI, 1991). Embora diverjam em relação a prescrições de metodologia econômica, Blaug (1998) e McCloskey (1990) criticam o formalismo da pesquisa econômica recente, defendendo que a Economia seja mais empírica (ou, nos termos de McCloskey (1990, 1994), mais “quantitativa”):

The subject we economists really have been aping is mathematics. We have turned economics into a kind of social mathematics that employs words such as “price”, “market”, “commodity”. It looks like economics, but when you read an article that uses such words, all the relationships are mathematical relationships; all the inferences are mathematically drawn; and no thought is given to whether these mathematical variables, concepts, functional relationships bear any resemblance to real-world observation. Deirdre McCloskey [see Challenge, January-February 1997], whose writings I do not otherwise like, has said quite tightly that economists look to the math department, not the physics department. That is absolutely true. (BLAUG, 1998, p. 39)



Em substituição ao formalismo, Blaug (1998) propõe que os economistas sigam o empirismo orientado pela metodologia popperiana. Para McCloskey (1994), tanto o refutacionismo de Popper quanto o formalismo são usados para fins retóricos. Como visto anteriormente, a atividade científica é um jogo de linguagem no qual se embatem diferentes teorias, perspectivas e formas de vida. Visto que “falar é combater” (LYOTARD, 2013, p. 17), usar o formalismo ou o refutacionismo<sup>6</sup> nos textos acadêmicos serve para legitimar os argumentos dos economistas ao defenderem suas teorias (MCCLOSKEY, 1994). Defender uma teoria seria, portanto, persuadir os demais da validade de seu argumento, logo é uma atividade retórica (MCCLOSKEY, 1990, p. 4).

O objetivo desta seção é mostrar as consequências do formalismo para a Economia de um ponto de vista retórico. Assim, na primeira seção, é apresentada a “virada formalista”, ocorrida sob os auspícios do Círculo de Viena, a partir da qual o formalismo matemático ganhou relevância acadêmica na Economia (MIROWSKI, 1991; PUNZO, 1991). Posteriormente, são exploradas algumas de suas consequências para a Economia, especialmente seu caráter retórico. Por fim, será feita uma análise do que é entender enunciados científicos como argumentos retóricos, utilizando como método de análise a teoria dos atos de fala de Austin (1962) e Searle (1969), na forma dada por Searle e Vanderveken (1985).

### 3.1. “VIRADA FORMALISTA” NA ECONOMIA

Ao comentar do processo de matematização da Economia, Gerard Debreu (1984, p. 267-268 *apud* MIROWSKI, 1991, p. 153) o classifica como um movimento natural, derivado ao caráter quantitativo do vetor de preços e de bens, os quais exibem isomorfismo com o espaço métrico real Euclidiano. Mirowski (1991) e Punzo (1991) mostram que o movimento de matematização da Economia não foi natural, mas sim o resultado de um processo histórico. Conforme será visto nesta subseção, a matematização culminou no Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu, tendo sido viabilizada, inicialmente, pela Revolução Marginalista e, posteriormente, pela “virada formalista” derivada do Círculo de Viena. Não só a aceitação do método matemático pelos economistas foi paulatina, também o isomorfismo entre vetor de bens e vetor real euclidiano não é automático, mas fruto de um desenvolvimento histórico. Mirowski (1991, p. 154) destaca que a agregação entre bens diferentes é fruto da sociedade ocidental contemporânea: de um ponto de vista individual, cada bem é único, o que inviabiliza uma agregação automática<sup>7</sup>. Ademais, em sociedades tradicionais, as unidades de medidas não são unificadas, visto que seguem um padrão antropométrico: mel era medido em mãos; área de terrenos, em passos; tecidos, em braças. Portanto:

[...] quantification is itself not an invariant in human history, even within the more limited subset of market organized structures. Prices in modern markets obviously conform to specific algebraic structures, but they are not the a priori products of nature or of the individual mind (through projection of completeness, reflexivity, transitivity, and so on upon preference structures); rather, they are provisional invariances imposed upon the motley variety of human perception by various conventions and social structures. (MIROWSKI, 1990b *apud* MIROWSKI, 1991, p. 155)

Se a matematização não é natural, ela não é inexorável, sendo fruto de escolhas sociais ocorridas no seio da comunidade acadêmica dos economistas. Ou seja, adotando-se a perspectiva de Lyotard (2013),

---

<sup>6</sup> Como destaca Blaug (1990), o refutacionismo é visto como a metodologia ideal pelo *mainstream*. Nesse sentido, trabalhos acadêmicos que utilizam o método popperiano de provas e refutações têm vantagem retórica, visto que são compatíveis com o jogo de linguagem dominante.

<sup>7</sup> Mirowski (1991, p. 154) cita como exemplo dessa inviabilidade de agregar bens distintos sob ponto de vista individual, maçãs e laranjas. Ele se questiona como seria o espaço métrico de maçãs/laranjas. Ele também ressalta que cada maçã (e cada laranja) tem características próprias que a distingue do conjunto de maçãs (laranjas). Logo, cada bem é único sob ponto de vista individual.

infere-se que a matemática foi um jogo de linguagem que se tornou dominante no suprajogo da Economia moderna. A partir de 1870, houve um influxo de cientistas e engenheiros para a então Economia Política. Esses cientistas tinham um treinamento comum em Física, compartilhando um vocabulário e metáforas advindas da mecânica clássica. Isto é, compartilhavam uma forma de vida (formação acadêmica) que se traduziu num jogo de linguagem econômico que se assemelhava a Física, em especial o equacionamento entre energia potencial e utilidade (MIROWSKI, 1991, p. 147). Dentre esses cientistas, destacam-se Pareto, Walras, Cassel e Jevons, os quais foram os principais expoentes do Revolução Marginalista (PUNZO, 1991, p. 1), sendo esse o movimento responsável pela inserção da Matemática na Economia. Walras e Cassel foram os primeiros a desenvolverem modelos de Equilíbrio Geral. Ao contrário da versão de Arrow-Debreu, em Walras e Cassel, o equilíbrio é resultado de um estado potencialmente observável de dada economia, ou seja, é um estado entre outros que economias reais têm potencial de alcançar desde que satisfeitas as condições do modelo (PUNZO, 1991, p. 7).

No caso de Cassel, ele propõe dois modelos: um com, e outro sem crescimento econômico. Em ambos, há um número finito de serviços de fatores empregados na produção. O crescimento econômico é dado pela taxa de crescimento do fator cujo crescimento é mais lento. Se a quantidade de fatores for fixa, o crescimento é zero (modelo sem dinâmica). O problema primal descreve a alocação de fatores de produção e o equilíbrio é alcançado com igualdade em todos os mercados (PUNZO, 1991, p. 8). Segundo Punzo (1991), o modelo de Cassel está baseado numa visão intuicionista, desvendo uma economia específica, potencialmente observável. Ademais, não há garantia que o equilíbrio de Cassel seja ótimo (i.e., eficiência alocativa). Tendo em vista essas e outras limitações, o modelo foi criticado no Colóquio Matemático de Viena de 1927, de onde se originou modelos axiomáticos para o equilíbrio geral, como o de von Neumann e, posteriormente, o de Arrow-Debreu (PUNZO, 1991, p. 10; MCCLOSKEY, 1990, p. 12).

Na visão de Punzo (1991, p.1), a Revolução Marginalista não representou uma inflexão definitiva no uso da linguagem matemática pela Economia. Mirowski (1991) corrobora essa tese ao mostrar que, enquanto no final do século XIX, o número de produções acadêmicas em matemática econômica teve um pico devido ao trabalho dos marginalistas, nas primeiras duas décadas do século XX, esse número despencou<sup>8</sup>. Portanto, mesmo que na Revolução Marginalista haja a introdução de modelos matemáticos, eles não se tornaram dominantes até a década de 1930. Enquanto na Revolução Marginalista os economistas se inspiravam nos modelos da Física Newtoniana, a partir do Círculo de Viena, a inspiração se tornou o formalismo matemático de Hilbert (PUNZO, 1991, p. 13). Reagindo à descoberta da Geometria Não-Euclidiana e à crítica feita por Gödel à incompletude da aritmética, Hilbert propõe que os modelos matemáticos abandonem qualquer pretensão euclidiana de ter conteúdo intuitivo. Logo, os modelos não teriam “external foundations”, apenas fundamentos lógicos internos:

Hilbert's reaction to this crisis and to other mathematical events at the turn of this century indicated one way out: it was better to give up all Euclidian hope of assigning intuitive and empirical contents to models as scientific devices. Models and deductive structures had become coextensive. Then, for lack of anything better the external foundations, now missing, had to be replaced by the requirement of their forming a complete set of independent and coexistent axioms, and by metatheoretical principles to produce correct answers to theoretical questions generated from within the theory. (PUNZO, 1991, p. 13)

Nesse sentido, cada modelo matemático era considerado um “universo” separado, onde os axiomas definiam suas propriedades, não estando embasado em nenhuma realidade empírica específica. Hilbert influenciou a geração de economistas dos anos 30, formada por Ragnar Frisch, Tjalling Koopmans, Jan Tinbergen, Maurice Allais e Kenneth Arrow (MIROWSKI, 1991, p. 152). Também matemáticos de formação passaram a se interessar por problemas econômicos. Dentre eles, von Neumann, que aplicou análise combinatória e métodos topológicos para demonstrar a existência de equilíbrio com desigualdade para uma série de jogos (PUNZO, 1991, p. 9). A demonstração da existência de equilíbrio por von Neumann foi basilar para o desenvolvimento, já na década de 1950, do modelo de Arrow e Debreu, o qual se tornou a forma canônica do Equilíbrio Geral.

---

<sup>8</sup> Ver gráficos de produção acadêmica ao longo do final do século XIX e do início do século XX em MIROWSKI, 1991, p. 150

Como na moderna teoria do Equilíbrio Geral, o foco passa a ser demonstrar a existência do equilíbrio para um sistema de equações posto, a Economia se torna menos “quantitativa” e mais “qualitativa” (MCCLOSKEY, 1990)<sup>9</sup>. A partir de então, a preocupação dos economistas converte-se em provar a existência de equilíbrio a partir de um sistema de equações e não a viabilidade do equilíbrio para uma economia real (MCCLOSKEY, 1990, p. 12). Com isso, a Economia se afasta do paradigma da Física instaurado na Revolução Marginalista e se aproxima da Matemática Pura, visto que, na Física, a matemática é usada enquanto uma linguagem para descrever/explicar fenômenos físicos. Se um teorema não tem intuição, ele não é relevante para aquela comunidade acadêmica. Já no caso dos economistas, a preocupação com a aplicabilidade dos modelos é secundária em relação à elegância formal de provas lógico-dedutivas da existência de equilíbrio (ibid., p. 16):

From everywhere outside of economics except the Department of Mathematics the proofs of existence will seem strange. They do not claim to show that an actual existing economy is in equilibrium, or that the equilibrium of an existing economy is desirable. The blackboard problem thus solved derives more or less vaguely from Adam Smith's assertion that capitalism is self-regulating and good. But the proofs of existence do not prove or disprove Smith's assertion. They show that certain equations describing a certain blackboard economy have a solution, but they do not give the solution to the blackboard problem. Much less to an extant economy. Indeed, the problem is framed in such general terms that no specific solution could reasonably be expected. [...] The proofs state that somewhere in the mathematical universe there exists a solution. Lord knows what it is; we humans only know that it exists (MCCLOSKEY, 1990, p. 12)

Com a consolidação da moderna Teoria do Equilíbrio Geral, ela se tornou uma metateoria<sup>10</sup>, descrevendo regras de validação e de explicação teórica de variáveis endógenas para outras formulações teóricas no campo da Economia (PUNZO, 1991, p. 5). Se na Microeconomia o Equilíbrio Geral é a metateoria dominante desde meados do século XX, na Macroeconomia, ela se consolida a partir dos trabalhos de Sargent e Lucas, com a agenda Novo Clássica, em fins do século passado (MCCLOSKEY, 1990, p. 14). Atualmente, teorias econômicas específicas são interpretadas e classificadas como casos específicos do Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu. Elas são obtidas por meio de variações nos pressupostos da metateoria (PUNZO, 1991, p. 3; MCCLOSKEY, 1990, p. 15).

Para McCloskey (1990, 1994), o Equilíbrio Geral não consegue lidar com situações que se afastam do equilíbrio. Além disso, por ser um modelo lógico-matemático, ele tem aplicação exata e não aproximativa (MCCLOSKEY, 1990, p. 14): se uma economia apresenta estrutura próxima do modelo descrito na teoria, mas não idêntica, os resultados descritos pelo Equilíbrio Geral se aplicam? Por isso, McCloskey (1990, 1994) defende que a Economia deveria se “quantificar”, estabelecendo resultados empíricos aproximativos. Grosso modo, se o resultado de equilíbrio for  $E$ , então seria necessário definir quantitativamente um  $\varepsilon$ <sup>11</sup> tal que os resultados do modelo canônico de equilíbrio valham para o intervalo  $[E - \varepsilon; E + \varepsilon]$ . Porém, isso não é feito por Arrow-Debreu, sendo necessário definir uma ordem de grandeza para o distanciamento entre realidade econômica e modelo para que esse último tenha aplicabilidade empírica:

---

<sup>9</sup> McCloskey (1990) defende que, por enfocarem provas lógico-dedutivas de existência, os teoremas do Equilíbrio Geral são qualitativos e não quantitativos, pois não têm aplicabilidade empírica: “None of the theorems and countertheorems of general equilibrium theory has been surprising in a qualitative sense. *But this is the only sense they have.* They are not quantitative theorems. They are mathematics without numbers, of great and proper interest inside the Department of Mathematics, but of no interest to quantitative intellectuals.” (MCCLOSKEY, 1990, p. 13, *grifo no original*)

<sup>10</sup> “A metatheory is best understood as an empty container, i.e. a set of instructions as to (i) how to select undefined or primitive terms; (ii) how to combine them in well-formed formulas; (iii) how to obtain true propositions in the form of theorems via deductive reasoning. In other words, a metatheory is a handbook on how to handle scientific machinery correctly. On the other hand, there can be a unique metatheory for a whole set of theories, which belong to the different and lower (applied) levels of theorizing. Models, which are identified with theories in this jargon, are derived either via reinterpretation of primitive terms or via alternative, sometimes weaker, sets of specific assumptions.” (PUNZO, 1991, p. 3)

<sup>11</sup> “ $\varepsilon$ ” pode ser interpretado como uma constante infinitesimal contexto-específica. Ou seja, do pensamento de McCloskey (1990), infere-se que a sua proposta é que se defina uma ordem de grandeza para  $\varepsilon$ , porém esse valor não é único para todas as situações econômicas, mas sim próprio de cada contexto/problema analisado.

The theorems give some necessary and sufficient conditions for exact efficiency. But they do not tell how far from exactly satisfied the conditions must be to yield *approximate* efficiency. Since this is the problem, the Arrow, Debreu, and Hahn theorems are irrelevant, except under the lamppost. (MCCLOSKEY, 1994, p. 154, *grifo no original*)

### 3.2.A RETÓRICA DO FORMALISMO MATEMÁTICO

De um ponto de vista pós-moderno, enunciados científicos visam a persuasão dos pares (LYOTARD, 2013; BENHABIB, 1984; MCCLOSKEY, 1990, 1994). Assim, “A jornal is where economists persuade. They persuade in beautiful figures of mathematics or of words or of statistics” (MCCLOSKEY, 1994, p. 111). Ou seja, a linguagem axiomática do Equilíbrio Geral seria utilizada como mecanismo retórico de convencimento.

Retomando interpretação do crítico literário Gerald Bruns a Santo Agostinho, a obscuridade do texto bíblico cumpre uma função pragmática de arrebanhar fiéis (BURNS, 1984, p. 157 *apud* MCCLOSKEY, 1994, p. 118-119). Nesse mesmo sentido, a obscuridade do formalismo matemático adotado como linguagem arregimentada predileta pela Economia cumpre, segundo McCloskey (1994), o papel de convencer audiências sobre a importância dos argumentos econômicos. O formalismo matemático também representa uma barreira de entrada ao jogo da Economia, que, uma vez superada, garante prestígio e une os “já iniciados” numa linguagem comum:

The math is not all that difficult, although it does create an entry barrier. [...] The people who have been initiated now have a vested interest in taking the barrier seriously and paying attention to it and giving it high prestige. Otherwise, it would not serve as an entry barrier. So, after a while, they justify the entry barrier because they possess this elegant particular virtue or technique. After it is created, it justifies itself. I shall add one other thing to this: the enormous output of Ph.D.s in economics in the United States (BLAUG, 1998, p. 39-40)

A partir da disseminação do Equilíbrio Geral de Arrow-Debreu como metateoria econômica, o autor implícito dos artigos acadêmicos se tornou o matemático (MCCLOSKEY, 1990, p., 114). Devido à barreira de entrada supracitada, a audiência se especializou, tornando-se um público mais seletivo (ibid., p. 118). A esse público são destinadas as mensagens formalistas da Economia, que, embora sob pretensa literalidade e objetividade, não cessam de serem retóricas:

The formal methods themselves, I should like to argue, stand on hidden arguments, unspoken metaphors, unargued appeals to authority. [...] Economists do not cease to be rhetoricians when they hang weights of axiom and specification on their understanding, letting their scholarly business be done as if by machine. They are anyway human arguers (MCCLOSKEY, 1990, p. 6)

Assim como Lyotard (2013), McCloskey (1994) defende a tese de que qualquer enunciado expresso em língua artificial pode ser reescrito em linguagem natural, embora se perca concisão nesse processo de tradução:

Jargon is an argument in a word, and sometimes, though not always, it is more concise than ordinary language. (Economists put a lot of store on arguments being “concise”; it is one of intellectual values they have adopted from mathematicians. [...] Much economic jargon, though, hides a five-cent thought in a five-dollar word. The tip-off is a Latinate choice of words. Thus “the integrative consequences of growing structural differentiation” means in ordinary English “the need for others that someone feels when he buys rather than bakes his bread.” And “current period of responses” means “what people do now”. (MCCLOSKEY, 1994, p. 119).

Portanto, o uso da linguagem arregimentada ao invés da natural cumpre um duplo papel na argumentação científica econômica: propicia a concisão argumentativa e o convencimento dos pares. Para

convencer a comunidade acadêmica, é preciso entrar no jogo de linguagem dominante, valendo-se dos métodos discursos dominantes, quais sejam: o formalismo matemático, no âmbito da Economia Teórica; o refutacionismo popperiano, no âmbito da Economia Aplicada (MCCLOSKEY, 1994). Na próxima subseção, será visto como enunciados econômicos que se valem do formalismo podem ser interpretados à luz da Teoria dos Atos de Fala. Em síntese, defende-se a tese de que, por meio da enunciação de um ato ilocucionário denotativo, realiza-se um ato perlocucionário cujo objetivo é a persuasão.

### 3.3.TEORIA DOS ATOS DE FALA

A teoria dos atos de fala foi, originalmente, proposta por Austin (1962) em *How to Do Things with Words*, em que ele enfoca os enunciados performativos, i.e., atos de fala que, por meio de sua enunciação, alteram o estado da realidade vigente (direção de ajuste: enunciado – mundo). Searle (1969) em *Speech Act: An Essay in the Philosophy of Language* desenvolve a teoria proposta por Austin (1962). Em *Foundations of Illocutionary Logic*, Searle e Vanderveken (1985) formalizam a teoria dos atos de fala, dando-lhe uma interpretação lógica. A Teoria dos Atos de Fala foi desenvolvida para estudar semanticamente as línguas naturais (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 1), mas, se defendermos que todo enunciado expresso em língua arregimentada pode ser traduzido para língua natural (LYOTARD, 2013; MCCLOSKEY, 1994), pode-se aplicar essa teoria à linguagem científica da Economia. Isso será feito nesta subseção.

Após essa breve digressão sobre as origens da teoria, resta definir seus componentes. Um ato de fala é qualquer iniciativa de comunicação humana, podendo ser de diversos tipos, dentre eles, são de interesse para este trabalho, os atos ilocucionários e os perlocucionários (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 8).

A unidade mínima de um ato de fala - e, portanto, da comunicação humana - é o ato ilocucionário, que é composto por uma força ilocucionária (F) e um conteúdo proposicional (P) (ibid., p. 1): “Every complete sentence, even a one-word sentence, has some indicator of illocutionary force; therefore, no semantical theory of language is complete without an illocutionary component” (ibid., p. 7).

Nos atos ilocucionários, força e conteúdo proposicional se conjugam formando o par F(P), representação formal do ato ilocucionário proposta por Searle e Vanderveken (1985). Enquanto o conteúdo proposicional é a sentença propriamente dita, a força ilocucionária modula e dá sentido específico aos conteúdos proposicionais. Ou seja, enunciados semanticamente idênticos são distinguíveis no contexto de enunciação se apresentarem diferentes componentes da força (ibid., p. 7).

São, ao todo, sete componentes da força ilocucionária (F) elencados por Searle e Vanderveken (1985), os quais devem estar presentes na enunciação para que o ato ilocucionário seja bem-sucedido e não-defectivo (ou “feliz”, nas palavras de Austin (1962)). Os sete componentes são: 1) ponto ilocucionário: representa o objetivo da enunciação, o qual pode ser, por exemplo, descrever uma situação, explicar um problema, predizer um comportamento, fazer uma promessa etc. (ibid., p. 13-15); 2) grau de força do ponto ilocucionário: modula a intensidade do objetivo, por exemplo, requerir é menos intenso do que exigir, mesmo que, se bem-sucedidos, tenham o mesmo resultado (ibid., p. 15); 3) modo de realização da força: componente da força correlacionado com o grau de força (ibid., p. 15-16); 4) condições sobre o conteúdo proposicional: pressupostos que devem ser cumpridos para que a proposição seja consistente (ibid., p. 16); 5) condições preparatórias: pressuposições que devem estar presentes no mundo para que o ato seja bem sucedido (ibid., p. 16-17), por exemplo, é preciso ser um cientista (ou, nas palavras de Lyotard (2013), um “expert”) para ter legitimidade de apresentar hipóteses científicas para uma comunidade acadêmica; 6) condições de sinceridade: para um ato ser não-defectivo, deve haver correspondência entre o que o locutor quer dizer (seu estado psicológico expresso na força) e o que ele diz (ibid., 17-18); 7) grau de força das condições de sinceridade: intensidade do estado psicológico do locutor, modulando a sua sinceridade (ibid., 19-20).

Se for desprezado o caráter retórico dos enunciados científicos, eles se classificariam como atos ilocucionários assertivos, visto que possuem como objetivo ilocucionário representar “an actual state of affairs in the world of utterance” (ibid., p. 37). Caso seja usado o método de conjecturas e refutações de Popper (1975), a intensidade e o modo de realização da força são mais brandos do que o método formalista: enquanto o cientista popperiano conjectura, o matemático formalista prova logicamente a veracidade do enunciado. Ou seja: “degree (||assert||) > degree (||conjecture||), i.e., the degree of strength of an assertion is stronger than that of a conjecture” (SEARLE & VANDERVEKEN, p. 41). Isso se coaduna com a epistemologia popperiana que assevera que há uma aproximação paulatina da Verdade à medida que ocorre o processo de refutação de velhas conjecturas e formulação de novas (POPPER, 1975).

McCloskey (1990, 1994) e Lyotard (2013) destacam o uso perlocucionário dos enunciados científicos. Atos perlocucionários são aqueles que objetivam produzir um efeito sobre o destinatário da mensagem (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, 11). No caso, os enunciados científicos são, na perspectiva pós-moderna, atos perlocucionários, porque visam convencer audiências. Como os cientistas - em especial os economistas - disfarçam seu interesse de persuadir sob suposta objetividade da linguagem arregimentada (MCCLOSKEY, 1990), os efeitos perlocucionários são alcançados de modo indireto pela realização de atos ilocucionários assertivos. Como, para Lyotard (2013) e McCloskey (1990, 1994), todo discurso científico tem conteúdo retórico, o ato perlocucionário de persuadir a comunidade acadêmica (audiência) é inerente ao ato ilocucionário assertivo cujo conteúdo proposicional seja uma teoria/conjectura científica, ao passo que nem todo efeito perlocucionário seja intencional, pois nem todos os cientistas tem consciência do caráter retórico de suas enunciações formais.

But in addition to the illocutionary effect of understanding, utterances normally produce, and are often intended to produce, further effects on the feelings, attitudes, and subsequent behavior of the hearers. These are called *perlocutionary effects*, and the acts of producing them are called *perlocutionary acts*. For example, by making a statement (illocutionary) a speaker may convince or persuade (perlocutionary) his audience [...]. Perlocutionary effects may be achieved intentionally [...], or unintentionally [...]. (SEARLE & VANDERVEKEN, 1985, p. 11-12)

Seyla Benhabib (1984) critica a identificação feita por Lyotard (2013) entre ato ilocucionário e perlocucionário, e, por analogia, também a visão de McCloskey (1990, 1994). Segundo Behabib (1984), o filósofo francês acredita que o uso primordial da linguagem é perlocucionário, logo ele confundiria atos ilocucionários de perlocucionários (BENHABIB, 1984, p. 115-116). Conforme foi dito acima, de fato, na perspectiva de Lyotard (2013), atos ilocucionários e perlocucionários são realizados ao mesmo tempo no discurso científico, porém não há confusão entre esses dois tipos. Portanto, seguindo a visão de Lyotard (2013) e McCloskey (1990, 1994), infere-se que economistas do *mainstream*, ao interagirem entre si, nos jogos de linguagem da pesquisa acadêmica, persuadem indiretamente por meio da realização de atos ilocucionários assertivos. A diferença com os desconstrutivistas na Economia é que esses explicitam o aspecto retórico, perlocucionário, ao invés de deixa-lo implícito. Isso vai de encontro a tese de Benhabib (1984) de que atos perlocucionários só podem ser realizados se não estiverem explícitos textualmente:

According to Austin, "the illocutionary act... has a certain force in saying something; the perlocutionary act... is the achieving of certain effects by saying something" (my emphasis). For example, in saying I would shoot someone, I threaten them (illocutionary act); by saying I would shoot them, I alarm them (perlocutionary). The consequences attained by an illocutionary act can be stated at the beginning of a statement in the form of an explicit intention, "I threatened to shoot him"; in the case of a perlocutionary statement, however, the speaker can only attain the desired effect as long as his or her intentions are not explicitly made part of the speech-act. If it is my goal to alarm someone, I do not begin a statement by saying "I want to alarm you that..." In this case my act would be illocutionary, and intended with the purpose of apprehending you about a certain state of affairs. (BENHABIB, 1984, p. 115)

Se ao explicitar a intenção perlocucionária, a enunciação perdesse seu caráter perlocucionário, textos que usam abertamente argumentos retóricos para persuadir audiências - como os de McCloskey (1990, 1994) - não convenceriam os pares, logo não seriam aceitos pela comunidade acadêmica e provavelmente e não seriam publicados (LYOTARD, 2013, p. 115), pois, geralmente, o primeiro

destinatário de qualquer texto acadêmico é o revisor (primeiro a ser convencido). Na perspectiva pós-moderna, a comunidade acadêmica funciona por meio da troca de argumentos e do convencimento mútuo (MCCLOSKEY, 1990, p. 4), logo, ao contrário do que defende Benhabib (1984), enunciações científicas são perlocucionárias mesmo se o caráter retórico for explicitado. Ademais, Benhabib (1984) apresenta um temor em relação ao relativismo que a perspectiva pós-moderna tem potencial de gerar. Segundo ela:

[...] the agonistics of language can no longer distinguish between manipulative and non-manipulative uses of speech. The consequences of this position is that not truth alone, but all claims to validity are at best pious wished, at worst illusions fabricated to deceive. (BENHABIB, 1984, p. 116)

Contrariamente ao que afirma Benhabib (1984), a perspectiva pós-moderna não nega a exigência de critérios de validade ou verdade. A diferença é que eles são múltiplos ao invés de únicos: conforme foi visto nas seções anteriores, cada jogo de linguagem possui seu próprio conteúdo vero-condicional. Adicionalmente, mesmo em face a atos perlocucionários implícitos nos atos ilocucionários científicos, a interação acadêmica não se limita à mera manipulação, mas sim a troca de argumentos persuasivos entre iguais: “If science is to cohere it must use the art of argument; and if it is to be agreed upon by free people it must argued persuasively” (MCCLOSKEY, 1990, p. 4).

## CONCLUSÃO

A partir da “virada formalista”, a linguagem arregimentada da Economia se afastou do paradigma da Física e se aproximou da Matemática desenvolvida por Hilbert (MIROWSKI, 1991; PUNZO, 1991). Esse paradigma foi utilizado por von Neumann e, posteriormente, por Arrow-Debreu para provar a existência e a eficiência do Equilíbrio Geral, desenvolvido originalmente por Walras. Com essa releitura, o modelo do Equilíbrio Geral abandonou uma visão intuicionista em prol de uma perspectiva axiomática (PUNZO, 1991). É pelo caráter axiomático que McCloskey (1990, 1994) o critica enquanto metateoria para toda a Economia, visto que, nele, não há preocupação com consistência externa, apenas com interna (PUNZO, 1991), ou seja, trata-se de uma análise qualitativa e não quantitativa, possuindo, pois, pouco valor empírico (MCCLOSKEY, 1990).

Devido à crença dos economistas de que a adoção do formalismo gera imparcialidade e independência contextual, o paradigma de análise do discurso econômico vigente é o da semântica clássica. Para o *mainstream*, o contexto é irrelevante, sendo a Economia uma ciência que descreve, explica e prediz o processo ahistórico de maximização de utilidade dos agentes. Entretanto, como ressalta McCloskey (1990), mesmo argumentos formalistas têm finalidade retórica. Reconhecer a importância da retórica na Economia resulta em uma crítica à pretensão de objetividade e literalidade do *mainstream*, tornando-se relevante analisar os enunciados econômicos a partir de uma ótica Pragmática e não apenas Semântica. Ademais, o contexto se torna relevante para determinar as condições de sucesso e o conteúdo vero-condicional das enunciações, ou seja, a perspectiva contextualista ganha relevância para a análise das enunciações econômicas.

O formalismo matemático, ao lado do refutacionismo popperiano, são regras hegemônicas nos jogos de linguagem do *mainstream*. Por isso, eles são usados nos enunciados econômicos para fins retóricos: usá-los dá credibilidade e legitimidade à argumentação, tornando-a convincente (MCCLOSKEY, 1994). Nesse sentido, enunciados formalistas são atos perlocucionários e ilocucionários: o primeiro é realizado implícita ou explicitamente pela efetivação do segundo. Assim, atos ilocucionários e perlocucionários são realizados conjuntamente nos “lances” dos jogos de linguagem da ciência econômica, pois cada enunciação é uma tentativa de convencimento dos pares. Nesse sentido, o contexto influencia tanto a capacidade do locutor de alcançar o efeito perlocucionário desejado quanto as condições de verdade do conteúdo proposicional expresso.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- AUSTIN, J. L. **How do Things with Words?** Oxford: Cambridge University Press, 1962.
- BENHABIB, Seyla. Epistemologies of Postmodernism: A Rejoinder to Jean-François Lyotard. **New German Critique**, No. 33, Modernity and Postmodernity (Autumn, 1984), pp. 103-126.
- BLAUG, Mark. The Problems with Formalism. **Challenge**, Vol. 41, No. 3 (May-June 1998), pp. 35-45
- CURRY, Haskell. Language, Metalanguage, and Formal System. **The Philosophical Review**, Vol. 59, No. 3 (Jul., 1950), pp. 346-353
- FRANKS, David D.; KELLER, Carol. Thoughts on the postmodern rejection of truth. **Michigan Sociological Review**, n. 10, 1996, pp. 32-50.
- FOUCAULT, Michel. Part I: Truth and Method, In: RABINOW, Paul (ed.). **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984, pp. 32-120.
- GERBER, Judith. Beyond dualism—the social construction of nature and the natural and social construction of human beings. **Progress in human geography**, v. 21, n. 1, 1997, pp. 1-17.
- GERGEN, Kenneth J. **The saturated self: Dilemmas of identity in contemporary life**. New York: Basic books, 2000.
- GLOCK, Hans-Johann. **A Wittgenstein dictionary**. Oxford: Blackwell, 1996.
- GRIECE, H.P. Meaning. **The Philosophical Review**, Vol. 66, No. 3. (Jul., 1957), pp. 377-388.
- LECLERC, André. Contextualismo, pragmatismo e determinação do sentido. **Cognitio: Revista de Filosofia**, v. 11, n. 1, p. 48-57, 2010.
- LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Côrrea Barbosa. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2013 [1979].
- MIROWSKI, Philip. The When, the How and the Why of Mathematical Expression in the History of Economics Analysis. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1 (Winter, 1991), pp. 145-157
- MCCLOSKEY, Deirdre. Formalism in the Social Sciences, Rhetorically Speaking. **The American Sociologist**, Vol. 21, No. 1 (Spring, 1990), pp. 3-19.
- \_\_\_\_\_. **Knowledge and persuasion in economics**. Cambridge University Press, 1994.
- POPPER, Karl Raymund. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- PUNZO, Lionello. The School of Mathematical Formalism and the Viennese Circle of Mathematical Economists. **Journal of the History of Economic Thought**, 13, Spring 1991.
- RECANATI, François. **Literal meaning**. Cambridge University Press, 2004.
- SEARLE, John Rogers. **Speech acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge University Press, 1969



\_\_\_\_\_. Literal Meaning, In: **Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts**. Cambridge University Press, 1979, pp. 117-136.

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. **Foundations of illocutionary logic**. CUP Archive, 1985.

SUSEN, Simon. **The 'postmodern turn' in the social sciences**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

TARSKI, A. "Concept of truth in formalized languages", In: **Logic, Semantics, Metamathematics – papers from 1923 to 1938**. Hackett Publishing Company, EUA, 1983, pp.152-278.

TRAVIS, Charles. The relativity of Truth, In: **The true and the false. The Domain of the Pragmatic**. Amsterdam: Benjamins, 1981.